

RESENHA

Flávio Rocha Lima Paranhos

Universidade Federal de Goiás

flavioparanhos@uol.com.br

MACINTYRE, Alasdair. *Dependent rational animals*. Why human beings need the virtues. Chicago: Open Court, 1999. (The Paul Carus Lectures).

Quando perguntado, por e-mail, se aconselhava mais algum livro, entre os seus já publicados, como leitura complementar de um curso no qual o alvo principal seria o clássico *After virtue*, Alasdair MacIntyre respondeu: *Dependent rational animals*. A razão mais provável seria mesmo cronológica: a primeira edição de *After virtue* foi publicada quase vinte anos antes de *Dependent rational animals*. Poderia ser este último, portanto, uma espécie de revisão do primeiro. O subtítulo *why human beings need the virtues*: não deixa dúvidas a idéia central de *After virtue* não havia sido abandonada – as virtudes continuam sendo a base de sua teoria moral. Também no prefácio, o autor nos dá um guia útil da posição de suas idéias atuais, em relação às defendidas por suas outras obras.

Com relação às outras duas obras – *Whose justice? Which rationality?* e *Three rival versions of moral enquiry* –, MacIntyre manteve sua opinião de que Tomás de Aquino seria um agudo exegeta da obra de Aristóteles, assim como seu adaptador, mas foi além, ao reconhecer que lhe havia passado despercebida a diferença entre os dois filósofos no que diz respeito ao reconhecimento do papel da dependência dos homens, conceito agora caro a MacIntyre. A releitura de Tomás de Aquino, portanto, forneceu-lhe recursos para uma teoria das virtudes que levasse em consideração não somente nossa condição animal, mas também, e conseqüentemente, a

necessidade do reconhecimento de nossa vulnerabilidade e dependência.

Temos aqui, então, o ponto a partir do qual se desenrola o fio argumentativo de *Dependent rational animals*: somos muito parecidos com os animais, particularmente alguns mais inteligentes; assim como eles, estamos sujeitos a inúmeros reveses e obstáculos para atingir determinados fins. Embora seja na infância e na senilidade quando nos tornamos mais vulneráveis e dependentes, podemos nos encontrar em tal situação a qualquer momento (no caso de um acidente ou de doença incapacitante, por exemplo), e essa possibilidade deve ser levada em consideração em nossas relações sociais. Completamente diferente de *After virtue*, esse caminho levará, todavia, ao mesmo destino: uma teoria das virtudes. Assim, pode-se dividir o livro em dois momentos. O primeiro, em que MacIntyre se esmera em traçar as semelhanças entre seres humanos e animais, particularmente alguns mais inteligentes. Nesse momento há, como não poderia deixar de ser em se tratando de Alasdair MacIntyre, farta citação, notadamente de publicações em ciências naturais. Na transição do primeiro para o segundo momento, o autor parece querer flertar com o contratualismo, voltando-se, então, para a construção de sua teoria e tábua de virtudes e o melhor ambiente para sua prática.

O primeiro momento

Os aspectos iniciais das semelhanças homem-animal trabalhados por MacIntyre dizem respeito à vulnerabilidade e à conseqüente dependência que todos, em períodos diferentes de suas vidas demonstram. Tal fato ficaria mais evidente na infância e na senilidade, além de, eventualmente, na presença de incapacitações diversas. Será uma tese central para MacIntyre que o homem, como animal racional independente – e virtuoso – reconheça essa característica de vulnerabilidade e a dependência em si próprio e nos

demais. Nesse ponto o autor identifica uma das principais divergências com o pensamento de Aristóteles, para quem a vulnerabilidade e dependência estariam longe de ser originadoras de uma virtude e, até pelo contrário, seriam mesmo uma fonte de ‘vício’.

O animal eleito por MacIntyre como ‘inteligente’ o suficiente para demonstrar as muitas peculiaridades compartilhadas com o homem é o golfinho. Os golfinhos, destaca o autor, vivem em grupos com estrutura social bem definida, possuem um sistema de comunicação elaborado, grande capacidade de aprendizagem, exibem afeições e paixões, estão sujeitos ao medo e ao stress, são brincalhões e gostam de interagir com seres humanos. São capazes de se engajar em ações com propósitos bem definidos. Quando em contato com o homem, são capazes de demonstrar afeição e cooperação. Também demonstram cooperação entre si para atingir um objetivo vital para seu desenvolvimento e prosperidade. E buscar um objetivo essencial para o desenvolvimento-prosperidade nada mais seria, lembra MacIntyre, citando Tomás de Aquino (p. 23), do que buscar atingir um ‘bem’. Assim como os seres humanos buscam atingir metas para seu desenvolvimento e prosperidade, dada sua natureza, também o fariam os golfinhos (e outros tantos animais inteligentes). Tal aproximação, acredita MacIntyre, abriria uma porta para conferir também a animais inteligentes, como os golfinhos, uma ‘razão para a ação’, mesmo considerando o fato de não terem os animais como verbalizar tal razão. Tal constatação reporta o autor ao próximo problema: podem animais sem linguagem possuir crenças? A resposta é sim, se considerarmos que mesmo os seres humanos apresentam, em sua manifestação de crença (em um juízo do tipo falso/verdadeiro, por exemplo), um estágio elementar, que prescinde da linguagem e que MacIntyre chama de ‘pré-lingüístico’. Os animais inteligentes, capazes de possuir uma ‘razão para a ação’, seriam igualmente capazes de possuir, portanto, crenças, se o considerássemos antes ‘pré-lingüísticos’ do que ‘não-lingüísticos’. Note-se, porém, que a todo momento MacIntyre se refere a alguns tipos de animais – àqueles tidos como mais inteligentes por meio

de experimentos e observações – e não a todos. O autor não quer cometer o mesmo erro de que acusa Heidegger, ao colocar todos no mesmo ‘saco’ e classificá-los como ‘pobres no mundo’, possuidores de uma ‘forma empobrecida de experiência’. Tal afirmação valeria para vermes e caranguejos, mas não para golfinhos e macacos, acredita MacIntyre.

Tendo por certo que compartilhamos com alguns animais inteligentes uma série de características e que essa semelhança fica mais aparente em situações de nossa maior vulnerabilidade, como infância, senilidade e doenças incapacitantes, também é certo que compartilhamos com eles a busca elementar de ‘bens’ necessários à nossa prosperidade e desenvolvimento, assim como manifestações elementares de ‘razões para ação’ e crenças. Buscando satisfazer nossas necessidades e desejos mais imediatos quando crianças, encontramos-nos em situação muito próxima desses animais. À medida que crescemos e adquirimos gradativamente a capacidade de nos distanciarmos dessas necessidades e desejos imediatos, ponderando a respeito do que é de fato mais importante para nosso desenvolvimento, à medida que adquirimos a capacidade de vislumbrar e calcular diferentes futuros para nós mesmos e para os que nos cercam, também nos distanciamos de nossa condição animal e nos tornamos ‘animais racionais independentes’. Nesse ponto, ao iniciar uma ponte entre o primeiro e segundo momentos do livro, MacIntyre parece acenar para um flerte com o que pareciam cálculos contratualistas, mas pára por aí. A estrada para uma moral *macintyreana* é pavimentada pelas virtudes. A partir daqui temos o segundo momento do livro que, em muito, lembra o clássico *After virtue*, com algumas cores diferentes.

O segundo momento

Na transição de ‘ser em exercício de sua inteligência animal’ para um ‘ser racional prático e independente’, uma criança deverá

transformar seu conjunto de motivações externas para que se tornem também internas. Isto significaria

uma passagem de querer que meu desejo por X seja satisfeito só por que esse é meu desejo, para desejar X enquanto um 'bem' e querer que seja satisfeito porque e enquanto seja um desejo por algo que seja bom e melhor para mim desejar. (p. 87)

MacIntyre então pergunta: quais são as qualidades que a criança deve desenvolver para transformar e direcionar seus desejos para os 'bens' dos diferentes estágios de sua vida? As virtudes morais e intelectuais, responde o autor, contrariando qualquer expectativa de uma abordagem calculista-contratualista e até mesmo utilitarista, como atesta sua definição de virtude, contrariando o que ele chama de 'noção humeana de qualidades que são em geral e naturalmente de aceitação comum'. Tomando a virtude da moderação como exemplo, MacIntyre argumenta que, embora de fácil aceitação por aqueles que a possuem, o mesmo não se pode dizer daqueles para quem o excesso (e não a moderação) dos outros é bem-vindo (para quem vende, a moderação de quem compra não é bem-vinda). Para MacIntyre, as virtudes seriam aquelas qualidades da mente e do caráter que capacitam alguém tanto para reconhecer quais são os bens relevantes quanto para utilizar as habilidades relevantes para alcançar esses bens.

Considerando o ser humano como um 'animal racional prático e independente', que, por outro lado, não pode perder de vista, em nenhum momento, sua condição de 'vulnerável e potencialmente dependente', o autor enumera algumas virtudes necessárias para que ambas as condições existam e coexistam a contento. Coragem, amizade, honestidade, camaradagem, por exemplo, seriam importantes como delineadoras de um caráter "racional independente" satisfatório. Na convivência harmoniosa com outros, dar na medida em que necessitam, e não na medida em que se espera receber algo em troca, seria vital.¹ Para tanto, a justiça e a

generosidade juntas ('generosidade justa') seriam as virtudes mais importantes, ao lado de algumas tomadas de empréstimo a Tomás de Aquino, como decência, beneficência e misericórdia. Seriam todas essas virtudes diretamente relacionadas à prática do 'reconhecimento da dependência', exercida entre os membros de uma mesma determinada comunidade. Hospitalidade com relação aos 'de fora' seria, então, mais uma para completar esse quadro de virtudes.

MacIntyre não se limita a propor uma tábua de virtudes, mas também nos oferece o ambiente mais propício para que ela seja posta efetivamente em prática.² Os extremos – o núcleo familiar e o Estado-nação – não lhe parecem adequados para o papel. No caso da família, porque não tem auto-suficiência necessária para o reconhecimento do 'bem-comum' que caracteriza as 'virtudes do reconhecimento da dependência'. É preciso, pois, uma instituição social maior, uma comunidade local, com um bem comum a ser almejado e atingido por seus integrantes. O Estado moderno, por sua vez, também não se presta ao papel, pois, no seu caso, a quantidade de interesses políticos, econômicos e sociais envolvida impede o desenvolvimento das virtudes necessárias. O dinheiro desempenha um papel ameaçadoramente grande, e a identificação do que seja 'bem comum' (pelo menos o 'bem-comum' de uma comunidade virtuosa) torna-se distorcida. O ideal seria uma "forma de comunidade local, na qual as atividades da família, locais de trabalho, escolas, clínicas, clubes e congregações religiosas, enfim todas encontrassem seu lugar" (p. 35), nessa engrenagem virtuosa.

Teoria moralizante

Como se vê, claramente, o que propõe Alasdair MacIntyre não é uma teoria de fundamentação da moral, mas, sim, uma teoria moral marcadamente prescritiva, doutrinadora mesmo. Sempre se pode conceder-lhe, é verdade, o mérito de uma interessante intuição

acerca do papel das virtudes no agir moral, indo além de Aristóteles e Tomás de Aquino, fornecendo mais subsídios a serem incorporados em uma possível tentativa de fundamentação – se é que tal empreitada é de fato possível – ainda por ser formulada.

Notas

- 1 Nesse sentido, um pouco de calculismo não chega a ser considerado um grande pecado por MacIntyre, pois pode-se ‘calcular’ trabalhar e economizar (portanto receber) para, na eventualidade de ser necessário doar (dar) algo de si, tenha-se condições de corresponder.
- 2 Em *After Virtue* (cap.14, p. 195), MacIntyre já mencionava a importância do ambiente propício para a prática das virtudes: *The virtues are of course themselves in turn fostered by certain types of social institution and endangered by others. Thomas Jefferson thought that only in a society of small farmers could the virtues flourish; and Adam Ferguson [...] saw the institutions of modern commercial society as endangering to at least some traditional virtues.*

Referências

MACINTYRE, A. *After virtue: a study in moral theory*. 2.ed. University of Notre Dame Press, 1984.

_____. *Dependent rational animals: why human beings need the virtues*. [The Paul Carus Lectures]. Chicago: Open Court, 1999.